

## MOVIMENTO ANTIVACINA: A MEMÓRIA FUNCIONANDO NO/PELO (PER)CURSO DOS SENTIDOS E DOS SUJEITOS NA SOCIEDADE E-URBANA

Natiely Rallo Shimizu<sup>1</sup> – Universidade Estadual de Campinas

### Resumo:

A proposta deste trabalho é com base no método teórico-científico da Análise de Discurso (A.D.) de linha francesa produzir gestos de interpretação sobre o Movimento Antivacina no *Facebook* a partir do acontecimento histórico da Revolta da Vacina de 1904. O intuito é observar através das regularidades, as reminiscências e reverberações de um fato antigo sobre o recente, identificando não só o que do passado permanece, mas, também, o que do presente se desloca e se ressignifica. Essa reflexão sustenta-se sobre os conceitos teóricos de memória discursiva (PÊCHEUX, 2015b; ORLANDI, 2002) e a noção de acontecimento (PÊCHEUX, 2015a). Outra questão que se impõe, é desenvolver proposições acerca da contemporaneidade dos movimentos sociais em rede - lugar no qual se inscreve o Movimento Antivacina - abordando suas características e configurações em uma perspectiva sociológica (CASTELLS, 2017) e discursiva. No que tange esta segunda abordagem torna-se basilar pensar a cidade enquanto meio material indissociável ao sujeito e ao corpo social, significando e sendo significada por eles/neles. (ORLANDI, 2004). Ademais, o sujeito contemporâneo está imerso no espaço digital e estabelece, assim, novas formas de se relacionar com o outro e o mundo. Isso tem efeito sobre suas práticas e conseqüentemente, sobre o urbano. Nesse sentido, urge pensar esse novo espaço chamado e-urbano (DIAS, 2011), que nasce da sobreposição do espaço digital e urbano e produz efeito sobre a cidade, o sujeito e a sociedade.

**Palavras-chave:** Movimento antivacina; revolta da vacina; memória discursiva; e-urbano.

### Abstract:

The proposal of this work is produce interpretation gestures about the “Anti-vaccination Movement” on Facebook based on the historical event of the Vaccine Revolt (1904) using the theoretical-scientific method of French Discourse Analysis (DA). The aim is to observe through regularities, the reminiscences and reverberations of an old fact regarding a recent one, by identifying what remains from the past and then is displaced and re-signified nowadays. This reflection is based on the theoretical concepts of discursive memory (PÊCHEUX, 2015b), (ORLANDI, 2002) and the notion of event (PÊCHEUX, 2015a). Another important issue is the development of propositions about the contemporaneity of social movements in the network, place in which the Anti-vaccination Movement is hosted, addressing its characteristics and configurations in a sociological (CASTELLS, 2017) and discursive perspective. Regarding this second approach, it becomes logical to take the city as an inseparable material medium from the subject and the society, meaning and being signified by they/them. (ORLANDI, 2004) In addition, the contemporary subject is immersed in a digital space and thus establishes new ways of relating to each other and the world. This has an effect on their practices and, consequently, on the urban. In this sense, it urges us to think about this new space called e-urban (DIAS, 2011), which rises from the overlap of digital and urban space and produce an effect over the city, the subject and society.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Divulgação Científica e Cultural no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/IEL). Graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Universidade do Oeste Paulista (Unioeste).

**Keywords:** Anti-vaccination movement; vaccine revolt; discursive memory; e-urban.

## 1. Introdução

### 1.1. As condições de produção da Revolta da Vacina de 1904

Introduzida no Brasil no ano de 1804, a vacina teve seu marco histórico com a Revolta da Vacina em 1904 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Na época, a imunização foi instaurada de maneira compulsória, liderada pelo Diretor Geral de Saúde Pública Oswaldo Cruz com o objetivo de imunizar a sociedade contra a varíola, doença que vitimava milhares de pessoas na época. Esse primeiro contato foi determinante para que a população, majoritariamente pobre e sem instrução de como os imunizantes funcionavam, rejeitasse e temesse a medida imposta pelo governo de maneira autoritária. Alguns fatos, entretanto, merecem atenção especial para compreender esse momento da história brasileira.

Segundo Sevcenko (1993), a Revolta da Vacina aconteceu no contexto mundial da Segunda Revolução Industrial e o Brasil passava por mudanças para acompanhar essas transformações. A cidade do Rio de Janeiro, vitrine do país, sofreu uma política de remodelação urbana para atrair investidores e turistas internacionais, pois ainda apresentava características coloniais e muitos surtos de doenças. Para acelerar este processo o governo homologou leis de exceção que conferiam total poder ao prefeito e silenciava - até mesmo pela força física - qualquer direito de defesa da comunidade. Resguardado por uma lei que lhe permitia invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir casas e construções, o sanitarista Oswaldo Cruz iniciou a campanha pela erradicação da febre amarela, chamada na época de “ditadura sanitária”.

A agitação popular que, por fim, culminou com a Revolta da Vacina, foi estimulada em grande parte por políticos de oposição ao governo e pela imprensa não governista que dava voz às declarações de figuras públicas respeitadas que eram contrárias à lei da vacina. Esses discursos defendiam o direito à liberdade de escolha do cidadão, criticavam a obrigatoriedade da vacinação, e colocavam em dúvida sua segurança, chamando-a de injeção de “veneno”. A memória traumática da campanha anterior contra a febre amarela fez a população reagir com resistência à campanha contra a varíola. De acordo com Sevcenko (1993), em decorrência da insensibilidade e tecnocracia política não houve um preparo psicológico da população, apenas se exigia sua submissão incondicional, o que repercutiu negativamente para a vacinação.

Neste período de efervescência popular, a morte de uma mulher pouco tempo após receber a vacina antivariólica foi atribuída erroneamente por um legista a uma infecção generalizada causada pela vacinação. O boato causou ainda mais repercussão e contribuiu para fazer despencar os índices de pessoas imunizadas.

Outro fato marcante foi a existência da Liga contra a Vacina Obrigatória, protagonista no desencadeamento da Revolta. A Liga era presidida por políticos de oposição ao governo e membros das classes operárias, possuía claro viés político e significava naquele momento um centro de tomada de decisão e direcionamento da massa, com discursos inflamados, instigava a população a se insurgir.

## **1.2. As condições de produção do Movimento Antivacina no Brasil e no mundo**

Mais de cem anos após a Revolta de 1904, um grupo denominado antivacionistas, herdeiros dos que se opunham à obrigatoriedade e temiam a vacinação, é agora composto pelas classes sociais mais altas, segundo o infectologista Guido Carlos Levi (2013). São pessoas que têm acesso a tratamentos alternativos de saúde, como a homeopatia e a medicina antroposófica, a qual propõe que apenas uma alimentação saudável é suficiente para manter a saúde das crianças. De acordo com Levi (2013), a decisão de não vacinar acontece atualmente por motivos filosóficos, medo de reações adversas, por orientação médica, e, até mesmo, embora em menor escala, por motivos religiosos.

Os grupos antivacinas se fortaleceram e ganharam mais adeptos principalmente depois da publicação de um artigo fraudulento na revista britânica *Lancet* em 1998, pelo médico Andrew Wakefield que relacionava a síndrome de espectro do autismo com a vacina tríplice viral contra o sarampo, caxumba e rubéola. Esta relação foi descartada pela comunidade científica em novos estudos, mas o dano já havia sido feito; o boato de que a vacina tríplice viral causa autismo perdura até hoje e é um dos discursos que circulam nos grupos antivacinas.

Embora o Movimento Antivacina seja considerado pequeno no Brasil e não se possa estabelecer uma relação direta de causa e efeito, a adesão a esses grupos preocupa o Ministério da Saúde à medida que se percebeu uma queda no índice de cobertura de alguns imunizantes oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2016, apenas 76,7% da população tomou a segunda dose da vacina tríplice viral, quando a meta

estipulada era de 95%. Naquele ano, houve surto de caxumba no país, e registrou-se a menor taxa de vacinação contra a poliomielite em 12 anos – doença erradicada do Brasil desde 1994 - com uma cobertura de apenas 84%. (BRASIL, 2017) Segundo dados divulgados pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) na mídia<sup>2</sup>, o ano de 2017 teve o menor índice, em 16 anos, de cobertura vacinal em crianças; 312 cidades tiveram baixa cobertura contra a poliomielite<sup>3</sup>, o que pode provocar a reintrodução do vírus no país; e estados como o Amazonas e Roraima sofrem com surtos de sarampo<sup>4</sup>.

Na Europa, os recentes surtos de sarampo em vários países estão sendo relacionados pela mídia à influência do Movimento Antivacina. O resultado da baixa adesão vacinal é alarmante, pois, segundo a *European Centre for Disease Prevention and Control* (ECDC, 2017), foram registrados surtos e 35 mortes pela doença em países como Romênia, Portugal, Alemanha e Itália.

Este cenário se contextualiza dentro dos recentes dados divulgados pela *World Health Organization* (WHO, 2017), os quais revelam que uma em cada dez crianças no mundo (cerca de 12,6 milhões), não receberam vacina em 2016, e apenas 85% receberam a primeira dose contra o sarampo. O percentual é ainda menor na segunda dosagem, que atingiu apenas 64% dos 95% da meta vacinal estabelecida. Ainda de acordo com a WHO (2017), o sarampo era considerado endêmico em nove países europeus, e, a rubéola, em 14.

Segundo o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, 2017), o maior surto recente de sarampo nos Estados Unidos aconteceu no ano de 2014, com 23 surtos da doença somente naquele ano com 667 casos registrados, dentre os quais 383 ocorreram em comunidades religiosas e não vacinadas no estado de Ohio. Em 2015, outro grande surto de sarampo originado no parque de diversão da Disney na Califórnia se espalhou para outros 24 estados e o Distrito de Columbia contabilizando um total de 188 casos.

A baixa adesão vacinal e os recentes surtos de doenças levaram alguns governos a sancionar leis para a obrigatoriedade de vacinas que antes eram apenas recomendadas. No Brasil, a vacinação compulsória é instituída por lei desde 1975, ano em que foi criado o PNI. A vacinação compulsória também está prevista no Estatuto da Criança e do

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/com-menor-indice-em-16-anos-vacinas-que-deveriam-ser-aplicadas-em-criancas-ficaram-fora-da-meta-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 19/10/18.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43797-ministerio-da-saude-alerta-para-baixas-coberturas-vacinais-para-polio>>. Acesso em: 19/10/18.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43761-surto-de-sarampo-no-amazonas-reforca-importancia-de-vacinacao-3>>. Acesso em: 19/10/18

Adolescente (ECA) com as sanções cabíveis. O que se observa nas páginas antivacinas do *Facebook* é que essas ações têm provocado a resistência das pessoas, que desconfiam do governo e da indústria farmacêutica, temem os efeitos colaterais, defendem a liberdade de escolha e o direito ao próprio corpo.

No Brasil, estes grupos se desenvolvem e conquistam seguidores, sobretudo na internet, em grupos do *Facebook* destinados à troca de informação sobre o assunto. Ao analisar essas páginas, percebe-se que o conteúdo veiculado é geralmente importado de sites estrangeiros de caráter antivacinationista, considerando que o movimento é mais forte em países europeus e nos Estados Unidos. São notícias sem cunho científico, muitas vezes copiadas de blogs que pregam tratamentos de saúde sem a intervenção de químicos ou relatos de pais sobre os efeitos colaterais das vacinas.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. Entre a memória e a atualidade: o acontecimento. Regularidades e rupturas

Pêcheux (2015a, p. 16) conceitua um acontecimento como sendo algo “(...) no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Memória esta que não pode ser pensada como um reservatório homogêneo, mas “(...) necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2015b, p. 50).

Observar a memória discursiva, o interdiscurso, é importante, portanto, porque permite, segundo Orlandi (2002, p. 32), “(...) remeter o dizer (...) a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos”. É pensar o funcionamento da memória como o fio condutor pelo qual o passado a partir de sua inscrição na história pode ser retomado, deslocado e ressignificado pelos sujeitos mesmo em contextos históricos tão heterogêneos.

Desta forma, quando ambos os acontecimentos são comparados, é possível identificar na superfície linguística as regularidades e disjunções, dentre as quais algumas se destacam:

- 1) Pode-se pensar o Movimento Antivacina como uma retomada da “Liga contra a vacina obrigatória” - propulsora do acontecimento da Revolta da Vacina de 1904 - enquanto funcionamento (agente), ao mesmo tempo em que se inscreve como a própria “Revolta”, com regularidades e filiações, mas, também, irrompendo na atualidade com deslocamentos e ressignificações próprias às condições de produção.
- 2) A mídia aparece como protagonista nos dois momentos. No primeiro, foi um dos responsáveis por legitimar os discursos contra a vacina, que escondiam um viés político de oposição ao governo. E no segundo, por posicionar-se contra o Movimento Antivacina e estabelecer filiações com outros países fazendo-o global.
- 3) A circulação de boatos – atualmente “*fake news*” - como agente propulsor da recusa à vacinação e para a disseminação de mitos se repete nos dois contextos.
- 4) O discurso pragmático e utilitário da vacina adotado pelo governo desde a Revolta apaga e se sobrepõe a todo um processo de conhecimento sobre o funcionamento dos imunizantes. O sujeito, no decorrer da história, não foi habilitado a produzir um gesto de interpretação sobre a vacina, apenas foi-lhe imposto e essa falta de compreensão produz efeitos sobre os sujeitos e os sentidos como se observa nas páginas antivacinas no *Facebook*.
- 5) O uso da lei como instrumento de dominação do Estado para o controle e normatização dos sujeitos na sociedade continua operando sobre a vacinação. Em contrapartida, as palavras “liberdade” e “direito” marcam as reivindicações do povo e são muito fortes nos dois momentos, funcionam para estimular a mobilização e a resistência da população contra o autoritarismo do governo e expressa a demanda por Direitos Humanos, um desejo do povo pela autonomia de deliberar sobre questões do próprio corpo. Essas marcas linguísticas indicam regularidades e podem ser observadas e comparadas no Quadro 1.
- 6) O embate físico (gestos concretos na rua) que a Liga deflagrou com a Revolta sofreu uma ruptura e se ressignificou pela internet. O termo “Revolta” foi ressignificado em “Movimento”, onde circulam, sobretudo, dizeres e saberes que provocam efeitos de sentidos nos sujeitos e desta forma incidem sobre suas práticas/gestos. Ou seja, essa nova configuração, embora funcione primeiramente no/pelo digital é também materializada no real da cidade, através das práticas sociais que a suscitam (a não-vacinação; surtos de doenças; prejuízo na saúde pública).

Quadro 1 – A coluna esquerda traz recortes extraídos do jornal “Correio da Manhã”<sup>5</sup> de 1904 sobre a lei de obrigatoriedade da vacina e a direita, recortes atuais extraídos de postagens e comentários de uma página antivacinação no *Facebook*<sup>6</sup>.

Revolta da vacina (1904)	Movimento antivacina (2018)
<p><b>VACCINA OU MORTE</b></p> <p>O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste país. A vacinação e revaccinação vão ser lei dentro em breve, não obstante</p> <p>O atentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o patrimonio de cada cidadão; pretende-se esmagar a liberdade individual sob a força bruta,</p>	<p>Obrigar pais a envenenarem seus filhos com vacinas é "legal" também, conforme vimos no post que o Senado publicou ontem.</p> <p>É "legal", mas não é justo. É inconstitucional e fere os direitos humanos. Lutemos pelos nossos direitos! E pelo direito dos nossos filhos de serem tutelados por nós - os legítimos defensores de seus interesses - e não pelo Estado e seus burocratas.</p>
<p>A obrigatoriedade da vacinação é um atentado, já contra a liberdade individual, já contra a propria dignidade do homem. A opinião é lhe positivamente</p>	<p>o nosso pais não presta não temo direito de opinar se queremos não essa droga de vacina em nossas crianças ela mata de</p>
<p>Emfim, a Saude Publica diz que o poder publico não pôde permitir a liberdade de recusar a vaccina, como não pode permittir a de ter habitações insalubres, como não pode consentir tambem na liberdade de injuria.</p> <p>De modo que quem recusa a vaccina é um criminoso como é o bigamo, o envenenador, o incendiario e o assassino! Com effeito!</p> <p>E essa directoria de Saude não considera criminosos os seus agentes que aterrorizam a população com males fantasticos, que envenenam o sangue com a lymphá ou o soro da morte e que correm em o ar com venenos de toda especie! Não! O grande</p>	<p>Um país que nos tira a liberdade só nos força a ser corruptos</p> <p>Senado. Tiro no pé. Quanto mais forcarem, mais resistência haverá. E se quiserem uma nova Revolta da Vacina basta continuarem nesse caminho.</p>
<p>Nunca o povo brasileiro se recusou a vaccinar-se. No entanto, tudo indica que neste momento ha um vivo e formidavel movimento de repuisa contra a vaccinação, especialmente nesta capital. Por que? Unicamente por que querem que a vaccinação passe a ser um acto de coacção legal e o povo brasileiro é intransigente e irreductivel desde que se trata de ameaça ás suas liberdades publicas. O povo</p>	<p>Ridículo vc não ter o poder de escolha...cada um sabe o que é melhor pra aí é pros filhos....que democracia é essa em que vivemos?????</p>

Fonte: Jornal Correio da Manhã (1904) – versão digitalizada e *Facebook*

## 2.2. A discursividade da cidade: o e-urbano e os Movimentos sociais em rede

Compreender o modo como o espaço urbano e o espaço digital se sobrepõem atualmente permeia, em primeiro lugar, entender a cidade em sua discursividade e as possibilidades que o sujeito dispõe para se significar nesse espaço simbólico.

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01212.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01212.pdf)>. Acesso em: 19/10/18.  
 <[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01200.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01200.pdf)>. Acesso em: 19/10/18.  
 <[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01192.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01192.pdf)>. Acesso em: 19/10/18.  
 <[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01178.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01178.pdf)>. Acesso em: 19/10/18.

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/groups/154114232797859/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/groups/154114232797859/?ref=br_rs)>. Acesso em: 19/10/18.

De acordo com Orlandi (2004), na espacialidade urbana, o corpo do sujeito e o corpo da cidade formam uma unidade de tal maneira que seus destinos não se separam, assim o corpo social e o corpo urbano formam um só, ou seja, o social é sobredeterminado pelo urbano e o sujeito se torna parte do acontecimento do significante cidade. Os dualismos entre individualidade e coletividade, público e privado, dessemelhança e padronização, direito e dever são constitutivos das relações sociais que aí se estabelecem e na maneira como o sujeito significa (e é significado) na/pela cidade.

Na atualidade procedente da globalização, outras questões se inscrevem e permeiam a relação entre sujeito/cidade/sociedade. As novas tecnologias de linguagem trouxeram consigo não só novas condições de produção com outras formas de dar corpo aos sentidos (formular), como também incidiram diretamente e determinantemente sobre o percurso (circulação) e produção dos sentidos, haja vista como se estabelecem as novas formas de relações – entre sujeitos e destes com o espaço urbano – através das redes mundializadas e sem fronteiras da internet.

A imbricação entre o digital e a cidade, inaugura segundo Dias (2011, p. 14), uma nova forma material, um espaço urbano contemporâneo denominado “e-urbano” através do qual é possível compreender “1) o processo de produção de sentido no e do espaço urbano, significado pelo eletrônico, e 2) o processo de produção da vida no que diz respeito às suas relações sociais nesse espaço urbano significado pelo eletrônico”.

É neste cenário que se observa emergir nas e das redes sociais uma nova configuração – própria da contemporaneidade – de movimentos sociais. Para Castells (2017), esta (re)organização dos sujeitos na rede catalisa e funciona como um sintoma da insatisfação social sobre assuntos específicos que afligem e são comuns a esses sujeitos. É o caso do Movimento Antivacina no *Facebook*, e de tantos outros movimentos brasileiros que se desenvolveram nessa conjuntura, tais como o movimento contra o aumento no preço da passagem do transporte público, que se estendeu também contra a corrupção em 2013; e mais recentemente, o que mobilizou estudantes a ocuparem escolas públicas contra a reorganização escolar em 2015.

Entende-se que os antivacinacionistas se constituem em um Movimento à medida que o ativismo virtual materializa-se no espaço urbano, a julgar que a baixa adesão vacinal tem causado surtos de doenças antes controladas como foi exposto anteriormente, configurando-se um problema de saúde pública real.

Em uma perspectiva sociológica, Castells (2017) diz que, no cerne destes movimentos sociais em rede, está a comunhão de dois fatores contextuais decisivos: o

primeiro é relativo à crise de legitimidade do sistema político, motivada principalmente pela corrupção, onde o sujeito mantém um sentimento de desprezo, desconfiança e falta de representatividade para com os partidos políticos, o que os leva a buscar formas alternativas de manifestar diretamente suas necessidades, por meio de canais também alternativos e não institucionais. O segundo diz respeito à capacidade de comunicação autônoma que esses sujeitos possuem para se conectar com os integrantes do movimento e com a sociedade em geral, devido às novas tecnologias e a mobilidade que elas proporcionam.

É emblemático falar em autonomia nesse contexto por ser ela constitutiva do Movimento Antivacina, inscrita não só nos meios materiais que o sustenta (internet/redes sociais), mas no discurso que (re)clama a liberdade de escolha e reivindica o próprio corpo. E é na confluência desses dois olhares (sociológico e discursivo) que se tenciona observar não somente a constituição deste Movimento, mas suas reverberações e implicações nos movimentos da/na sociedade (ORLANDI, 2011).

### 3. Conclusão

Pensar o Movimento Antivacina a partir da Revolta da Vacina de 1904 possibilitou alguns apontamentos primários essenciais para o desenvolvimento de uma análise posterior mais ampla sobre o assunto.

A configuração contemporânea dos movimentos sociais em rede, a qual dá forma e constitui o Movimento Antivacina, se revelou singular neste gesto de análise, porque atua como um mecanismo no processo de produção discursiva, ao mesmo tempo em que materializa as condições de produção sob as quais ele é constituído. Isso permite entender que o Movimento Antivacina tem o mesmo funcionamento de agente – incidindo na formulação dos discursos – que a “Liga contra a vacina obrigatória” teve em 1904, mas também se inscreve na atualidade como a própria “Revolta” através do ativismo virtual que reverbera nas práticas sociais e nos movimentos da sociedade. Portanto, diferentemente do passado, o acontecimento de que se fala atualmente é o modo com que os sujeitos ressignificam toda uma memória discursiva da “Revolta” pelo digital e fazem circular outros dizeres, movimentam outros sentidos para a vacina que transbordam o virtual e se materializam em gestos concretos nas ruas, produzindo efeitos nos sujeitos, na sociedade e na cidade.

Evidenciou-se ainda que, embora as condições de produção sejam distintas, há o retorno de uma memória discursiva de “liberdade” e “direito” e de resistência à “obrigatoriedade” (lei) da vacina. Essas marcas discursivas são observadas nos dois momentos e jogam forte na formulação e circulação dos sentidos e na própria (re)configuração do Movimento, pois, ao evocar direitos fundamentais humanos –, aos quais se integra a liberdade –, o Movimento faz exigências morais e éticas que excedem a ordem social e se deslocam para a ordem simbólica do que é cultural.

Nesse contexto, foi impossível não pensar a cidade. Ela se inscreveu naturalmente nessas reflexões enquanto meio significante e significado por e nos sujeitos contemporâneos, por essas novas formas de relações de sentidos (relações sociais) – que investem os movimentos sociais em rede –, sobrepondo espaço digital e espaço urbano e inaugurando um espaço próprio de observação e análise, o e-urbano.

### Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/dados-e-indicadores-da-saude>> Acesso em: 09/10/2018.

CASTELLS. M. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. *Measles cases and outbreaks*. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/measles/cases-outbreaks.html>> Acesso em: 09/10/2018.

DIAS. C. P. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In: DIAS. C. P. *e-Urbano: Sentidos do espaço urbano/digital*. Campinas: Laberurb/Nudecri, 2011, p. 11-24.

EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL. *Communicable Disease Threats report*. Disponível em: <<https://ecdc.europa.eu/sites/portal/files/media/en/publications/Publications/communicable-disease-threats-report-11-mar-2017.pdf>> Acesso em: 09/10/2018.

LEVI. G. *Recusa de vacinas: causas e conseqüências*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In: DIAS. C. P. *e-Urbano: Sentidos do espaço urbano/digital*. Campinas: Labeurb/Nudecri, 2011, p. 3-10.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Orlandi. 7.ed. Campinas, SP: Pontes, 2015a.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E.P. *Papel da Memória*. Trad.: José Horta Nunes. 4ed. Campinas, SP: Pontes, 2015b.

SEVCENKO, N. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Immunization Coverage*. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs378/en/>> Acesso em: 09/10/2018.